

Crise na saúde: Fleury ameaça ir à Justiça.

Indignado com a diminuição dos recursos repassados ao Estado, o governador questiona a existência do Inamps e do Sus.

SILVIO BRESSAN

O Ministério da Saúde repassou para São Paulo, em 1991, 30% a menos dos recursos repassados em 1990. A estimativa é do governador do Estado, Luiz Antônio Fleury Filho, que está disposto a ingressar na Justiça contra o governo federal. Até fevereiro, quando o Supremo Tribunal Federal reabre suas portas, Fleury deve questionar a inconstitucionalidade da centralização dos recursos da saúde no governo federal e a própria existência do Inamps. "Se o Estado ficou de fora, o Sistema Único de Saúde (SUS) não é mais único como previa a Constituição. Também há muitos que consideram o Inamps extinto por lei", argumenta o governador.

Além da falta de recursos, que tem obrigado o governo estadual a socorrer alguns hospitais para impedir seu fechamento, Fleury reclama da inexistência de uma política de saúde. "Já estamos no fundo do poço. E não por falta de recursos, mas por sua má aplicação." Para justificar essas críticas, o governador cita o uso político que o governo federal fez com as verbas do Inamps para o Interior paulista. "No início do meu governo, o superintendente do Inamps (o governador se refere



Fleury critica Ministério da Saúde, diz que São Paulo está sendo discriminado e anuncia: "Já estamos no fundo do poço".

ao coordenador em São Paulo, Sérgio de Moraes Carneiro) procurava prefeitos dizendo que o repasse ia ser direto, utilizando-se da saúde para fazer política." Como resultado dessa ação,

Fleury afirma que o Inamps distribuiu mini-hospitais e postos de saúde onde não era necessário. "A necessidade não era de expansão, mas de melhora nas condições da rede. Agora, que

estamos com quatro ou cinco meses de atraso, esse cidadão sumiu e os prefeitos que acreditaram nele estão com as obras paradas." O JT procurou ontem Sérgio Carneiro na Coordena-

nadoria do Inamps, mas lá disseram que ele estava viajando. Para Fleury, tudo pode ser resumido numa inversão: "Precisamos é de uma política de saúde e não de uma saúde política."

Discriminação

Por distorções como essa, ele acha que o Ministério chegou à falsa conclusão de que São Paulo recebia muito em comparação com outros Estados. Assim, deu um aumento acima da inflação para a maioria e abaixo da inflação para São Paulo. "Eles se esqueceram que a complexidade do serviço de saúde aqui é muito maior. Se você for ao Incor ou Hospital São Paulo, verá que 25% ou 30% dos pacientes são de outros Estados. Então, enquanto os outros ficaram com mais recursos do que precisam, São Paulo recebe menos do que necessita", contesta.

Pior do que isso é, para o governador, a introdução do conceito de produtividade para o repasse das verbas do SUS. "Como é por serviços prestados, alguns prefeitos começaram a exigir que seus médicos adotassem procedimentos mais complicados para receber mais. Esse foi o sistema centralizado que levou à fraude do Inamps." Além disso, como a maioria dos serviços é de consulta — que

não está prevista na tabela de procedimentos do Inamps — a queda nos repasses foi brutal. "Um município que recebia Cr\$ 5 milhões passou a receber Cr\$ 1,5 milhão", exemplifica. A vigilância sanitária e epidemiológica, para a qual os municípios recebiam verba integral, também deixou de ser paga. "A medicina passou a ser curativa e não preventiva", conclui.

Para não repetir o erro do governo federal, o governador diz que na Capital está sendo planejada a municipalização da Saúde. Depois de algumas conversas com a prefeita Luiza Erundina (PT), o governador prevê a inauguração de dois hospitais e alguns postos de saúde até o próximo mês. "Tudo está sendo construído e equipado pelo Estado, mas será operado pela prefeitura, que vai contratar pessoal." E, ao contrário da acusação que fez ao Ministério da Saúde e Inamps, Fleury garante que nenhuma preocupação político-eleitoral vai atrapalhar esses planos. Segundo ele, o político tradicional poderia pensar que isso fortalece a prefeitura num ano eleitoral. "Não, fortalece o governo, a prefeitura, mas, principalmente, atende bem a população. Vamos inaugurar juntos. Na hora de subir no palanque, a prefeita sobe com o seu candidato e eu subo com o meu."

Presidente do Inamps promete liberar hoje Cr\$ 85 milhões

O presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), Ricardo Akel, disse ontem, em Curitiba, que pagará hoje a última parcela de 1991 da dívida com os cinco mil hospitais conveniados, no valor de Cr\$ 85 bilhões. O montante corresponde a 50% da dívida do instituto referente aos serviços prestados desde outubro e deveria ter sido pago integralmente no dia 15 de dezembro. A primeira parcela do débito só foi creditada na conta dos hospitais no dia 27 de dezembro, segundo Akel. Ele atribuiu o atraso aos problemas de caixa enfrentados pela Previdência Social.

Ricardo Akel prometeu, ainda, pagar até o dia 15 de janeiro os Cr\$ 130 bilhões devidos aos ambulatórios pelos serviços prestados em novembro e no dia 25 de janeiro outros Cr\$ 240 bilhões aos hospitais. Ele garantiu que a partir de junho o Inamps regularizará o calendário de pagamentos às instituições médicas que prestam serviços à Previdência

Social, diminuindo sensivelmente os atuais prazos. De acordo com ele, os serviços prestados pelos ambulatórios serão pagos até o dia 15 do mês seguinte e os hospitais receberão até o dia 25 do mês seguinte.

O presidente do Inamps também anunciou a instituição do Índice de Incentivo à Qualidade, cujo objetivo é premiar os hospitais, tanto públicos como particulares, que prestarem atendimento qualificado aos segurados. As instituições receberão um adicional de 20% sobre o valor da fatura. Para ter direito à taxa, os hospitais terão de atender a um conjunto de critérios que está sendo elaborado pelo Inamps e deverá ser divulgado nos próximos dias.

De acordo com Akel, os critérios básicos já estão definidos: desempenho assistencial, qualidade tecnológica (de recursos humanos e de equipamentos) e a satisfação do usuário. O hospital que preencher estes três requisitos receberá o incentivo de qualidade do governo.

Hospitais ameaçados. Mesmo com repasse.

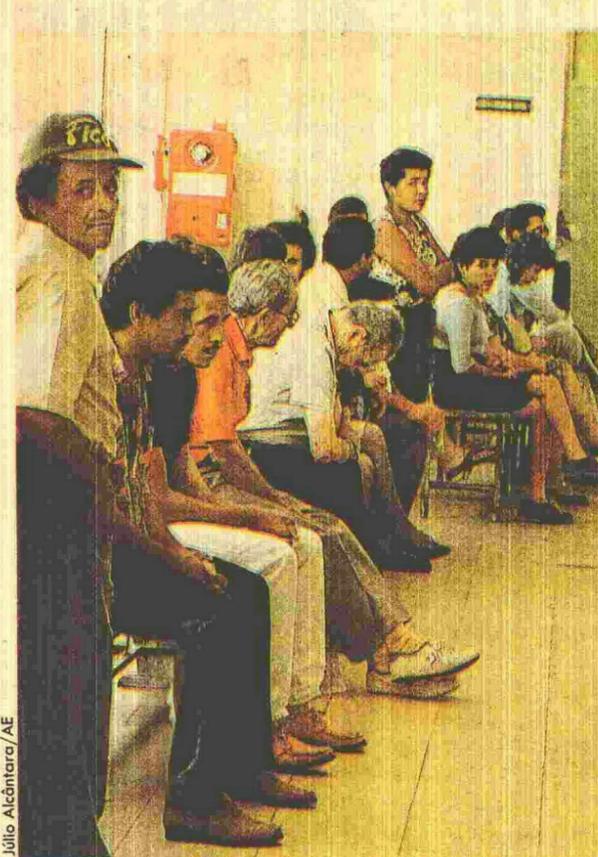
O fechamento de importantes hospitais conveniados ao Inamps — pelo menos no Estado de São Paulo — continuará a ser uma realidade mesmo com o pagamento de Cr\$ 85 bilhões que o governo federal deve liberar hoje para o País. Com essa mesma certeza o secretário estadual de Saúde, Nader Wafae, o secretário do Sindicato dos Hospitais, Juljan Czapski, e o presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde, José Leão de Almeida, receberam a notícia da liberação da verba.

"Esse dinheiro representa uma gota d'água em uma fogueira", resumiu Czapski. Segundo ele, o pagamento dos valores para São Paulo servem apenas para adiar a interrupção do atendimento médico à população. "Um hospital conveniado recebe hoje menos de Cr\$ 3 mil por despesas diárias, um valor inferior ao preço de um sanduíche."

Wafae garantiu que, em 1991,

São Paulo não recebeu nenhum dinheiro correspondente às verbas de investimento a que teria direito pelo Inamps. Segundo ele, o repasse de verbas se faz de três formas aos hospitais de cada Estado: por meio das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH), das Unidades de Cobertura Ambulatoriais (UCA) e dos Investimentos.

As duas primeiras provêm do desconto que sofrem os assalariados, empresários e autônomos e são proporcionais à população de cada Estado. "A verba dos investimentos — para a construção de hospitais e compra de equipamentos — é, na verdade, o único repasse que o governo faz realmente aos hospitais", disse. "Não sei por que não recebemos nada. Só sei que Estados como Paraná, Alagoas e Rio de Janeiro não ficaram sem o dinheiro", garantiu. São Paulo, segundo Wafae, contribui com 50% da arrecadação do INSS do País. "Para a Saúde, só temos 19% de retorno."



Importantes hospitais conveniados ao Inamps deverão fechar, mesmo após o repasse do governo federal. É o que conclui o secretário de Saúde, Nader Wafae.